

Assembléia da SEDUFSM aprova a ida de 12 docentes ao Congresso

Depois de seis reuniões dentro da assembléia permanente (31 de janeiro, 2, 5, 8, 13 e 14 de fevereiro), no início da noite de quarta, 14, os participantes decidiram pelo envio ao 26º Congresso da Paraíba de 12 pessoas, sendo nove delegados e três observadores. Este ano houve um critério rígido para que o professor pudesse se candidatar a delegado: participar de 100% das reuniões em que eram discutidos os pontos principais do caderno de textos do Congresso, abrindo exceção apenas para aqueles que enviassem justificativas pela ausência. Os delegados aprovados pela SEDUFSM foram: Diorge Konrad, Fabiane Costas, Sérgio Prieb, Adriano Figueiró, Diniz Fronza, Hugo Blois, Orlando Fonseca, Rinaldo Pinheiro e Carlos Pires. Já os observadores, num total de três, são: Rejane dos Santos, Maristela Souza e Clovis Guterres.

Além da escolha de delegados, que foi o ponto culminante da assembléia, as reuniões também serviram para que fossem debatidos temas que estão no caderno de textos. Um dos tópicos, que passará por avaliação dos delegados, em Campina Grande, trata da



Fotos: FRITZ NUNES

Santa Maria leva a posição de não filiar-se agora à Conlutas

filiação do ANDES à Conlutas. Na reunião coordenada pela SEDUFSM, a posição defendida pelo ex-presidente da entidade, professor Carlos Alberto da Fonseca Pires, de adiar a discussão e votação do tema para 2008, permitindo assim que se aprofunde o debate “na base” foi aprovada por 8 votos a 4. Portanto, a delegação da UFSM levará essa posição ao 26º Congresso.

Ensino a distância é polêmico



Docentes temem pela mercantilização dessa modalidade

Dentre os temas que estarão sob intenso debate, no encontro de Campina Grande, certamente está a relação entre o ensino superior e precarização do trabalho docente. Um dos aspectos que já vem sendo levantado desde o Congresso de 2006 se refere às formas que levam ao trabalho precário, como é o caso da ampliação do ensino superior federal, com a abertura de novas universidades ou ampliação de *campi* sem a devida estrutura. Na UFSM, o que se percebeu ao longo do processo de implantação da Universidade Federal do Pampa e da Cesnors foram muitas reclamações quanto à falta de condições necessárias para que se colocasse essas instituições em funcionamento.

Contudo, os problemas internos nas universidades parecem se ampliar no entendimento de diversos professores a partir de políticas que vêm sendo

implementadas sem o devido debate com a categoria. É o caso, por exemplo, do ensino a distância. Nas discussões do caderno de textos do 26º Congresso houve diversas manifestações indignadas quanto à forma como essa política governamental está sendo implantada no interior das IFES. As restrições foram levantadas por docentes de diversas áreas, entre os quais, João Carlos Gilli (Matemática), Francisco Freitas (Educação) e João Eduardo Pereira (Estatística). O grande questionamento se refere à possibilidade de transformar a modalidade de ensino não-presencial em mais uma forma de as universidades conseguirem recursos extra-orçamentários e professores que se agregam a esses projetos, conseguirem melhorar seus salários.

A preocupação quanto a uma possível mercantilização do ensino a distância foi compartilhada pelos professores Diorge Konrad (História), Clovis Guterres (Educação), Adriano Figueiró (Geociências) e Fabiane Costas (Educação), entretanto, ponderaram que a postura não pode ser de simplesmente rejeitar *a priori* a modalidade, que tem sua validade, segundo eles, desde que vista dentro de um contexto maior, como necessidade social, e não apenas como caça-níquel. Para Guterres, o sindicato não pode ter uma postura “radical”, de simplesmente se fechar às novas tecnologias educacionais. No entanto, considera que é importante acompanhar esses processos para que não sejam desvirtuados.

ELES DISSERAM

“O simples fato de reduzir a maioria penal, não vai reduzir os índices de violência no país. Isso vai acabar desprotegendo os adolescentes”. (Luiz Inácio Lula da Silva, presidente, em reunião com líderes e presidentes de partidos aliados, na Folha de São Paulo de 14/02/2007)

“Não é o momento para colocar propostas, mas para lançar a discussão sobre as condições efetivas da Previdência, abrir a caixa”. (Guido Mantega, Ministro da Fazenda, sobre o debate da Previdência Social, na Folha de São Paulo de 12/02/2007)

“Estarei atento. Dêem-me uma razão para estatizar o primeiro frigorífico, o primeiro supermercado, a primeira rede distribuidora de alimentos, seja o que for, eu vou colocá-lo às ordens do povo”. (Hugo Chávez, presidente da Venezuela, em discurso no Círculo Militar, na Zero Hora de 15/02/2007)



Vanclei Zanin, 21 anos, acadêmico do 6º semestre do curso de Economia

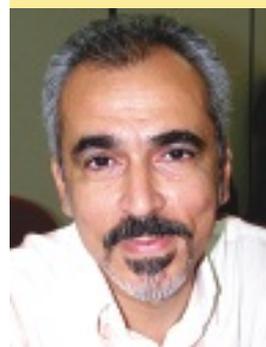
“O PAC já é válido pela abertura do diálogo na sociedade brasileira, com relação ao crescimento como uma estratégia de desenvolvimento em longo prazo. Agora se ele vai ser de fato benéfico ao país, isso tudo vai depender de como será encaminhado de agora em diante.

No Congresso estão tendo as discussões a respeito dele. O governo deve estar atento, para que não se transforme em uma briga dos próprios deputados de emendas para determinadas regiões, e que beneficie somente pequenos setores e não leve ao ponto final do programa, que é atingir áreas estratégicas de infra-estrutura do país para que alavanque o crescimento e desobstrua os obstáculos e gargalos de infra-estrutura e que possa levar o país ao crescimento mais sustentável. Além desses investimentos, as reformas estruturais do país são essenciais para que o Brasil passe a um novo patamar de desenvolvimento como as reformas da previdência, política e tributária.”

Amália Kröning, 64 anos, assistente administrativa do Departamento de Economia

É preciso que a população procure saber o que é o PAC e depois discutir com gente entendida, para ter condições de opinar. Às vezes, falamos que sabemos o que na verdade não se sabe. O que falta é discussão em conjunto para chegarmos a um consenso. Analisarmos

o que é bom para o todo, como por exemplo, para o crescimento do país. Quem é que realmente está interessado que o país cresça, e não individualmente? As pessoas pensam individual e é por isso que nunca dá certo.”



Orlando Fonseca, 51 anos, professor do Departamento de Letras Vernáculas

“São coisas diferentes. É difícil imaginarmos que um programa de governo consiga fazer isso. O empresariado está mais acostumado a receber benefício do governo do que contribuir para algum desenvolvimento, por um vício histórico dessa classe e também porque a

questão social no Brasil tem um passivo. Existem situações de problemas de toda ordem: da saúde; da recuperação tanto da natureza, quanto das próprias cidades; do ponto de vista de condições sanitárias básicas. As coisas que não foram feitas são tantas, que é difícil dizer que o país possa se desenvolver sem resolver esses aspectos. Existe uma disputa historicamente estabelecida entre aqueles que querem receber incentivo do governo para progredir o seu negócio e daí progredir o país, e as soluções de problemas que são muitos grandes e afetam muito mais a classe pobre, trabalhadora. Esse programa (PAC) é carregado de boas intenções, mas dificilmente poderá surtir efeitos imediatos. Da mesma forma, se houver algum tipo de benefício, não será para a maioria da população, porque não estão previstas melhorias para a situação dos assalariados. É claro que os postos de emprego aumentando, se pode dizer que a classe trabalhadora terá algum benefício, mas participando desse projeto, não.”